

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS – SP

Em 2018, celebramos 110 anos reafirmando o nosso compromisso e respeito com as famílias brasileiras e com o país, aos quais a história da Pernambucanas se entrelaça. Mesmo diante de um cenário político e econômico instável, escolhemos avançar e nos dedicamos incansavelmente a isso. Mostramos a nossa crença no Brasil, investimos nos estados onde estamos presentes e também colorimos novas regiões de azul e amarelo: o Distrito Federal, o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul. Tantas histórias e conquistas, em um marco de 110 anos, somam-se a novos recordes: foram 28 lojas inauguradas em um mesmo ano, nossa maior expansão até o momento; só essas unidades geraram mais de 600 novos empregos diretos, receberam mais de 1 milhão de produtos, emitiram mais de 30 mil cartões e contaram com a presença para a inauguração de mais de 200 mil clientes, que nos prestigiaram e nos receberam com muita alegria.

Com um ciclo de evoluções e expansão, demonstramos, mais uma vez, a infinita capacidade de nos reinventarmos, nos desafiando frente a cenários adversos do país e buscando soluções e inovações que facilitam a vida dos clientes dentro e fora das lojas. Investimos em nossa transformação digital, lançamos o site desktop (e-commerce) e criamos diversas novas funcionalidades em 2018 nos aplicativos Varejo e Cartão.

Respiramos inovação em nosso dia a dia, com foco tanto em gerar valor na experiência de nossos clientes, quanto para empoderar os nossos colaboradores. E a nossa transformação digital interna também tornou-se referência com os resultados obtidos com o *Workplace*, nossa rede social interna que foi reconhecida e premiada pelo Facebook, além de obter destaque em matéria do jornal O Estado de São Paulo. A internalização de uma cultura digital passa a ser, cada vez mais, a nossa realidade. Com plataformas inovadoras como o *tablet*, atendemos os nossos clientes com mais agilidade e dinamismo. E assim, mais uma vez, mostramos o nosso pioneirismo, reinventando a nossa forma de conceder o crédito com a emissão instantânea do Cartão Elo: o processo de concessão 100% digital, em até 7 minutos, ficou ainda melhor com a possibilidade da impressão com apenas mais 3 minutos e entrega imediata ao cliente para uso na loja ou em qualquer estabelecimento. Em 2018, já foram mais de 1,5 milhão de cartões Elo emitidos. Além disso, tivemos um crescimento no faturamento do cartão bandeirado de cerca de 34,3%, em relação ao mesmo período do ano passado. Outro grande avanço foi a utilização do *tablet* como ferramenta de vendas, em qualquer local da loja e com rápida entrega na casa do cliente, para a compra de produtos de Lar, Telefonia, Informática e Eletroportáteis, contando com o benefício de *"multitêmpo de pagamento"*, por boleto Pefisa e também por cartões de terceiros.

Reinventamos a nossa forma de interagir com os clientes com a *Experiência Digital*, que já proporcionou um aumento de 28% no fluxo das nossas lojas e apresentou resultados expressivos neste ano com a Sacola de Descontos, que a partir de março de 2018, passou a contar com a integração no PDV e fila exclusiva, os Cupons de Descontos e as vendas digitais de forma geral no aplicativo, *site* e no *tablet*, totalizando um faturamento de cerca de R\$ 135,9 milhões.

No aplicativo do Cartão, o ponto marcante foi a chegada da "Ana", nossa atendente virtual. Avançamos na utilização de inteligência artificial com o *chat* humanizado, trazendo mais praticidade aos nossos clientes. Praticidade essa que se estende também às lojas físicas que, por meio da Central de Relacionamento Pernambucanas (CRP), passaram a oferecer mais simplicidade e autonomia com novas funcionalidades como consulta a Cupons de Descontos, antecipação de parcelas, realização de pagamentos, impressão de faturas e de seus comprovantes etc. Outra grande novidade foi o lançamento do Programa de Relacionamento Prime – Clube de Vantagens Pernambucanas, trazendo benefícios exclusivos aos nossos clientes.

Nosso atendimento continua fazendo a diferença e sendo a nossa marca registrada. Fechamos o ano com a excelente média de 8,84 no NPS (*Net Promoter Score*). E sempre inovando a serviço dos nossos clientes, conquistamos o 1º lugar na categoria Atendimento Digital e o 3º lugar pelo nosso pioneirismo em implantar a CRP no XVIII Prêmio ABT, promovido pela Associação Brasileira de Telesserviços. Já no *Ranking* Trimestral do Banco Central, que avalia a qualidade do atendimento das ouvidorias, tivemos o orgulho de ver a PEFISA ser reconhecida com excelente nota e 3ª colocação.

E com o propósito de evoluir com as famílias brasileiras e oferecer o melhor a elas, seguimos no aperfeiçoamento contínuo de nossos produtos e escolha de nossos fornecedores, que perpassa pela acuracidade às premissas de sustentabilidade e responsabilidade social que regem a nossa cadeia de valor. Afinal, *fazer parte da família* é pensar no futuro da sociedade e, assim, a adoção de iniciativas sustentáveis está cada vez mais presente em nossa estratégia de negócio. Uma delas é o "Projeto Oficina Escola", que só em 2018 revitalizou cerca de 4.500 equipamentos, capacitando jovens de baixa renda da comunidade e contribuindo para a inserção deles no mercado de trabalho. A sustentabilidade também está presente em nossas coleções, com destaque para o jeans sustentável, lançado em março, e a Coleção-Cápsula Sustentável, fruto de um projeto social, em parceria com o instituto Focus Têxtil, que selecionou e capacitou jovens estilistas, por meio do Concurso "Talentos da Moda Sustentável".

Outra evolução foi a implantação do Laboratório Comercial com o objetivo de aprimorar e trazer renovações ao nosso portfólio, como as novas categorias de Relógios e o início da venda de óculos no app e no *site*. No Lar, tivemos o lançamento da marca própria Pernambucanas Casa, que imprime uma chancela a produtos diferenciados e reitera o nosso compromisso em continuar sendo uma referência nesta categoria. Também não podemos deixar de mencionar a nossa evolução na gestão do abastecimento e no giro e cobertura dos estoques, para uma frequência de entrega que atenda às necessidades de nossos clientes.

Todos esses resultados só foram possíveis graças aos nossos mais de 10 mil colaboradores, que com paixão e extrema dedicação tornam possível a nossa evolução. E foi com o nosso time que, em primeira mão, celebramos a volta do Friozinho repaginado e conferimos o lançamento do desenho animado, que também conquistou o sucesso nas redes sociais: em apenas 2 meses, somando-se os episódios, já foram mais de 10 milhões de visualizações no canal do YouTube. A campanha para celebrar os nossos 110 anos teve início com um vídeo institucional que retratou a nossa essência e trouxe os colaboradores como protagonistas, nos comerciais, catálogos e vitrines. Foram 110 dias de ofertas, forte presença nas redes sociais, além de ações especiais a clientes exclusivos que receberam uma toalha com interação digital para acessar e conferir a nossa história.

E ainda temos o orgulho de dizer que a digitalização invadiu nossas instalações: implantamos a nossa produtora interna para agilizar o processo de criação de conteúdo de audiovisual e dois estúdios, um no prédio administrativo e outro no Centro de Distribuição Araçariquema. E com o pressuposto de que o desenvolvimento é fundamental, disponibilizamos uma plataforma para contribuir com a capacitação do nosso ativo mais importante: todos os colaboradores agora contam com a Universidade Digital, acessível pelo celular, computador ou *tablet*, a qualquer hora, com diversas opções de cursos comportamentais e técnicos. Em apenas 8 meses, foram mais de 41 mil horas de treinamentos realizados. Outras novidades direcionadas aos nossos colaboradores foram a revitalização do prédio da nossa sede; a inauguração do Bicicliário e do Espaço do Colaborador, em que as equipes podem fazer pausas, integrações e reuniões em um ambiente ao ar livre, moderno e com *wi-fi*; e a implantação de um novo portal, o PConecta, mais dinâmico e intuitivo, com materiais de apoio centralizados e soluções de autosserviços aos colaboradores.

Em um ano que mostrou-se desafiador a todo o setor varejista e ao mercado de forma geral, o fato é que não nos acomodamos nem medimos esforços em pros dos objetivos da Companhia. No Varejo, em bases comparáveis e em relação ao ano de 2017, a Pernambucanas apresentou um crescimento em vendas de +0,6% (mesmas lojas) e incremento em Lucro de +0,2 p.p. Destaque para o Vestiário, que apresentou um crescimento de +4,1% (mesmas lojas) em vendas, também sobre o ano anterior. Em 2018, o margem líquido consolidado fechou em R\$ 548,9 milhões, que representa um incremento em +R\$ 345,7 milhões em relação ao ano anterior.

Considerando a expansão, o crescimento é de +3,3% em vendas e de +7% no Vestiário. A participação do cartão Pernambucanas na venda total fechou o ano em 53%.

Na PEFISA, obtivemos recita de operações de crédito no ano de R\$ 1.129 milhões, representando um decréscimo de 21,7% em relação a 2017, impactado pelas mudanças no rotativo, pela maior acuracidade na gestão de crédito, tendo em vista o cenário econômico, além das questões que envolveram o setor de Telefonia, que teve baixa no lançamento de produtos e que ainda apresenta alta volatilidade em relação ao mercado paralelo.

Na PDD (perda líquida mais provisão para devedores duvidosos), fechamos o ano em -R\$ 644,9 milhões. Além disso, realizamos a venda da carteira com atrasos acima de 360 dias.

Atingimos a captação de R\$ 836 milhões nas Letras de Câmbio da PEFISA, resultado tão significativo em um curto espaço de tempo que nos rendeu um reconhecimento da XP Investimentos.

Também realizamos a 1ª operação de debêntures na história da Companhia, no valor de R\$ 100 milhões. Outro passo importante foi a implantação do Portal de Governança Corporativa com o foco de evoluir os nossos processos para aderir às melhores práticas do mercado, sempre com o objetivo de criar valor para a Companhia.

O ano de 2018 já poderia ser considerado muito significativo, pois plantamos diversos frutos que contribuirão para a renovação e perenidade de nossa trajetória. Contudo, ele também simbolizou algo muito valioso: como uma marca que integra a história do Brasil e das famílias brasileiras, celebramos um marco que poucas empresas conseguem. E contamos a nossa história de 110 anos do jeito mais genuíno que poderíamos: por meio das histórias de nossos colaboradores, clientes e parceiros. A constatação de que *"Todo mundo tem uma história com a Pernambucanas"*, em cada canto do Brasil, é surpreendente e a prova de que a marca está presente na vida e na memória afetiva de milhares de brasileiros, o que representa uma honra e uma grande responsabilidade de levar esse legado a patamares ainda mais altos, evoluindo a cada ano, em respeito aos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, aos quais agradecemos pela confiança depositada nesta Companhia.

São Paulo, 18 de março de 2019.

A Diretoria

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	425.649	228.893	1.129.923	586.808	Fornecedores (Nota 18)	773.320	668.637	1.725.170	1.193.934
Devedores por vendas, serviços e financiamentos, líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8)	802.692	838.245	2.445.316	2.060.034	Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	283.236	455.030	429.833	549.721
Estoque (Nota 9)	270.493	233.370	281.522	233.943	Salários e encargos sociais	104.908	103.459	112.471	113.780
Impostos a recuperar (Nota 11)	388.473	33.084	390.281	34.334	Impostos e taxas a recolher	121.759	100.160	130.301	106.800
Operações com derivativos (Nota 12)	15.868	8.173	23.805	8.723	Operações com derivativos (Nota 12)	16.297	-	16.297	413
Demais contas a receber (Nota 13)	52.928	52.804	144.708	84.315	Dividendos a pagar (Nota 23)	61.000	40.000	61.000	40.000
	1.956.103	1.394.569	4.415.555	3.008.157	Imposto de renda e contribuição social	178.755	26.222	187.688	47.108
					Demais contas a pagar (Nota 21)	166.919	120.226	113.959	76.147
						1.706.194	1.513.734	2.776.719	2.127.903
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Devedores por vendas, serviços e financiamentos líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8)	-	-	24.335	18.147	Fornecedores (Nota 18)	725	-	725	-
Impostos a recuperar (Nota 11)	547.496	6.495	592.955	71.581	Passivo a descoberto de investida (Nota 15)	67	35	-	-
Operações com derivativos (Nota 12)	42.663	-	42.663	-	Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	805.558	403.452	1.559.596	832.704
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14)	93.679	170.128	318.833	412.255	Impostos e taxas a recolher	-	-	350	-
Depósitos judiciais e cauções (Nota 20)	59.002	57.568	59.903	58.364	Operações com derivativos (Nota 12)	3.390	-	3.390	-
Demais contas a receber (Nota 13)	6.102	4.068	12.374	11.193	Provisão para contingências (Nota 20)	28.254	34.064	456.429	445.301
Propriedade para investimentos (Nota 15c)	1.121.734	1.031.261	397.515	330.025	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16 (c))	151.310	173.748	211.153	232.674
Investimentos (Nota 15)	930.920	1.031.727	1.139.658	1.239.412	Demais contas a pagar (Nota 21)	160.785	122.342	162.950	130.625
Imobilizado (Nota 16)	38.201	67.988	106.784	136.149		1.150.089	733.641	2.394.593	1.641.304
Intangível (Nota 17)	2.839.797	2.369.235	2.695.020	2.277.126					
					<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora (Nota 23)</b>				
					Capital social	460.000	460.000	460.000	460.000
					Reservas de lucros	1.093.149	627.373	1.093.149	627.373
					Ajuste de avaliação patrimonial	386.468	429.056	386.468	429.056
						1.939.617	1.516.429	1.939.617	1.516.429
					<b>Participação dos não controladores</b>				
					<b>Patrimônio líquido total</b>				
					<b>Patrimônio líquido total</b>				
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Total do ativo</b>	<b>4.795.900</b>	<b>3.763.804</b>	<b>7.110.575</b>	<b>5.285.283</b>					

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Atribuível aos acionistas da controladora						Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Reservas de lucros							
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total		
<b>Em 1º de janeiro de 2017</b>	460.000	475.497	46.697	420.334	-	1.402.528	(352)	1.402.176
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	203.249	203.249	(1)	203.248
Outros resultados abrangentes do exercício – benefícios pós-emprego (Nota 22)	-	8.857	-	-	-	8.857	-	8.857
Outros resultados abrangentes do exercício – Hedge Accounting	-	(430)	-	-	-	(430)	-	(430)
	-	8.427	-	-	203.249	211.676	(1)	211.675
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16)	-	(57.775)	-	-	-	(57.775)	-	(57.775)
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 23)	-	-	10.163	-	(10.163)	-	-	-
Dividendos propostos – R\$ 0,27 por ação (Nota 23)	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)	-	(40.000)
Retenção de lucros (Nota 23)	-	-	-	153.086	(153.086)	-	-	-
Total das transações com acionistas	-	(57.775)	10.163	153.086	(207.012)	(40.000)	-	(39.308)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	460.000	426.149	56.860	573.420	-	1.516.429	(353)	1.516.076
Lucro líquido do exercício	-	700	-	-	548.995	548.995	(1)	548.994
Outros resultados abrangentes do exercício – benefícios pós-emprego (Nota 22)	-	(2.920)	-	-	700	700	-	700
Outros resultados abrangentes do exercício – Hedge Accounting	-	(2.220)	-	-	-	(2.920)	-	(2.920)
	-	(2.220)	-	-	548.995	546.775	(1)	546.774
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16)	-	(42.587)	-	-	-	(42.587)	-	(42.587)
Dividendos complementares em 10 de maio de 2018 – R\$ 0,13 por ação (Nota 23)	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)	-	(20.000)
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 23)	-	-	27.450	-	(27.450)	-	-	-
Dividendos propostos – R\$ 0,49 por ação (Nota 23)	-	-	-	-	(61.000)	(61.000)	-	(61.000)
Retenção de lucros (Nota 23)	-	-	-	440.545	(440.545)	-	-	-
Total das transações com acionistas	-	(42.587)	27.450	440.545	(528.995)	(81.000)	-	(20.000)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	460.000	381.342	84.310	1.013.965	-	1.939.617	(354)	1.939.263

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais**  
Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos de vestuário masculino, feminino, infantil, esportes e artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas e artigos eletroeletrônicos leve, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços, importação e exportação de produtos e administração de bens imóveis próprios.  
Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 345 lojas (2017 – 318 lojas). Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua controlada Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA").

A Companhia atua, ainda, no ramo hoteleiro por meio de investimentos no Hotel Jatiúca S.A., localizado em Maceió, Estado de Alagoas.

A Companhia, em conjunto com as empresas controladas, compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais. Os custos relacionados aos negócios são reconhecidos em cada uma das empresas segundo a praticidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, os quais ocorrem por meio de critérios de rateio ou individualmente.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Consultivo em 18 de março de 2019.

**2. Resumo das principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos (incluindo imobilizado) e passivos financeiros (determinados empréstimos e derivativos financeiros) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, bem como o exercício do julgamento por parte da administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

**(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas e suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado") foram preparadas, e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

**(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

**2.1.1. Normas e interpretações vigentes e não vigentes - novos CPCs**

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47/IFRS 15 – *Receita de Contrato com Cliente* e o CPC 48/IFRS 9 – *Instrumentos Financeiros* foram aplicados.

**(a) CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes**

A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos e serviços financeiros. Conforme avaliação efetuada, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto (mercadorias e produtos e serviços financeiros). Portanto, no exercício de 2018, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

**(b) CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

**(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros**  
O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: Mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de *hedge*).

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018													
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)													
<p><b>(c) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamento</b></p> <p>A norma CPC 06/IFRS 16 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, ao menos que o contrato apresente características como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses;</li> <li>- Possua um valor imaterial; e</li> <li>- Tenha como base valores variáveis.</li> </ul> <p>Com base nos levantamentos e análises efetuados, a Companhia reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento no montante de R\$ 867.808 em 1º de janeiro de 2019. A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada, em função dos seguintes fatores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não exige a reapresentação de valores;</li> <li>- Não impacta no Patrimônio Líquido; e</li> <li>- Possibilita a utilização de expedientes práticos.</li> </ul> <p>A Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo, para fins de avaliação do passivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o <i>software</i>.</li> <li>• Os gastos atribuíveis ao <i>software</i> durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.</li> </ul> <p>Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de <i>software</i>, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de <i>softwares</i>. Gastos de desenvolvimento, que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de <i>softwares</i>, são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.</p> <p>As vidas úteis estimadas são as seguintes:</p> <table border="1"> <tr> <td>- Licenças de <i>software</i></td> <td>5 anos</td> </tr> </table>	- Licenças de <i>software</i>	5 anos										
- Licenças de <i>software</i>	5 anos												
<p><b>2.2. Consolidação</b></p> <p>Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhadas de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante).</p> <p>Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (<i>impairment</i>) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A equalização de políticas contábeis entre as sociedades controladas e controladora estão descritas na Nota 15.</p>	<p><b>2.11. Imobilizado</b></p> <p>O imobilizado, exceto edificações e terrenos, é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na Nota 16. O Grupo adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 2.13. O Grupo efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.</p> <p>As benfeitorias em imóveis de terceiros, compreendidas, substancialmente, por reformas e adaptações dos imóveis alugados para atender às operações da Companhia que, em sua grande maioria, serão revertidas aos proprietários dos imóveis ao final do contrato de locação, são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação. Nos casos em que há expectativas de que ocorrerá a renovação do contrato de locação por mais de um período por parte do proprietário do imóvel e que os custos com a renovação não sejam significativos em relação ao todo, a administração da Companhia considera o prazo de amortização pelo período total do contrato incluindo suas renovações. Conforme descrito na Nota 16, a Companhia e suas controladas reavaliaram seus imóveis (terrenos e edificações) ao seu valor justo.</p> <p>As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:</p> <table border="1"> <tr> <td>- Edifícios</td> <td>40 – 80 anos</td> </tr> <tr> <td>- Móveis e utensílios</td> <td>10 anos</td> </tr> <tr> <td>- Instalações</td> <td>10 anos</td> </tr> <tr> <td>- Veículos</td> <td>5 anos</td> </tr> <tr> <td>- Aeronaves</td> <td>10 anos</td> </tr> <tr> <td>- Equipamentos</td> <td>5 anos</td> </tr> </table>	- Edifícios	40 – 80 anos	- Móveis e utensílios	10 anos	- Instalações	10 anos	- Veículos	5 anos	- Aeronaves	10 anos	- Equipamentos	5 anos
- Edifícios	40 – 80 anos												
- Móveis e utensílios	10 anos												
- Instalações	10 anos												
- Veículos	5 anos												
- Aeronaves	10 anos												
- Equipamentos	5 anos												
<p><b>2.3. Conversão de moeda estrangeira</b></p> <p><b>(a) Moeda funcional e moeda de apresentação</b></p> <p>Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas controladas e da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.</p> <p><b>(b) Transações e saldos</b></p> <p>As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.</p> <p>Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores estrangeiros e derivativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.</p>	<p><b>2.12. Propriedade para investimento</b></p> <p>As propriedades para investimento, principalmente lojas e centro de distribuição, são mantidas para rendimentos de aluguel e não são ocupadas pelo Grupo. A partir da criação de uma nova unidade de negócio (imóveis) em 2016 (Nota 15 (c)), elas passaram a ser reconhecidas pelo valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como “Outros ganhos (perdas), líquidos”.</p> <p>A Companhia contrata avaliadores externos, independentes e qualificados, para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício.</p>												
<p><b>2.4. Caixa e equivalentes de caixa</b></p> <p>Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor.</p>	<p><b>2.13. Deterioração de ativos não financeiros - impairment</b></p> <p>Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por recuperação de ativo financeiro é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da recuperação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).</p>												
<p><b>2.5. Ativos financeiros</b></p> <p><b>2.5.1. Classificação</b></p> <p>O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.</p> <p><b>(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b></p> <p>Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.</p> <p><b>(b) Custo amortizado</b></p> <p>Esses ativos são subsequentes mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i>. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.</p>	<p><b>2.14. Fornecedores</b></p> <p>As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.</p>												
<p><b>2.5.2. Reconhecimento e mensuração</b></p> <p>As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia compromete-se a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados, quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.</p> <p>Os ganhos ou as perdas, decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em “Despesas financeiras, líquidas” no período em que ocorrem.</p> <p>A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.</p>	<p><b>2.15. Empréstimos e financiamentos</b></p> <p>A administração da Companhia apresenta, no reconhecimento inicial, financiamentos ao valor justo por meio do resultado para os casos em que haja financiamentos associados com operações de instrumentos financeiros derivativos.</p> <p>Os demais empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.</p> <p>As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra.</p>												
<p><b>2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros</b></p> <p>Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.</p>	<p><b>2.16. Provisões</b></p> <p>Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o ativo puder ser estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados do Grupo.</p>												
<p><b>2.5.4. Impairment de ativos financeiros</b></p> <p>Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de <i>impairment</i> na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de <i>impairment</i> poderia incluir, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;</li> <li>• inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal;</li> <li>• quando torna-se provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.</li> </ul> <p>Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do <i>impairment</i> corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por <i>impairment</i> para todos os ativos financeiros.</p>	<p><b>2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</b></p> <p>O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de imposto (leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela administração.</p> <p>O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.</p>												
<p><b>2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge</b></p> <p>Os derivativos para negociação, apresentados na rubrica “Operações com derivativos”, são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de <i>hedge</i> é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por <i>hedge</i> for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por <i>hedge</i> for inferior a 12 meses.</p> <p>Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o resultado em “Receitas ou despesas financeiras”. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de <i>hedge</i> (<i>hedge accounting</i>).</p> <p>O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 12.</p>	<p><b>2.18. Benefícios a funcionários</b></p> <p><b>(a) Obrigações pós-emprego</b></p> <p>A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualifica como obrigações pós-emprego. Os custos esperados desse benefício são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados, conforme Lei nº 9.656/98.</p> <p><b>(b) Participação nos lucros e bônus</b></p> <p>A Companhia reconhece um passivo e uma despesa, cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, lucro bruto, lucro líquido e índice de endividamento.</p>												
<p><b>2.7. Devedores por vendas, serviços e financiamentos</b></p> <p>As contas de devedores por vendas, serviços e financiamentos correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, prestação de serviços ou venda de serviços financeiros registrados no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.</p> <p>As contas de devedores por vendas, serviços e financiamentos são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para <i>impairment</i>.</p>	<p><b>2.19. Reconhecimento de receita</b></p> <p>A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.</p> <p>O Grupo reconhece a receita, quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:</p> <p><b>(a) Venda de produtos - varejo</b></p> <p>A Companhia opera com pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de vendas de mercadoria e o correspondente custo das mercadorias vendidas são reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de crédito ou débito e financiamento.</p> <p><b>(b) Vendas de serviços</b></p> <p>A Companhia vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço.</p> <p><b>(c) Vendas de serviços financeiros</b></p> <p>O Grupo realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais o Grupo é intermediador. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.</p> <p><b>(d) Receita financeira</b></p> <p>A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (<i>impairment</i>) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.</p>												
<p><b>2.8. Ajuste a valor presente</b></p> <p>O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. As operações de compras e vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria. Essa taxa em 31 de dezembro de 2018 correspondia a, em média, 0,52% ao mês (2017 - 0,79% ao mês).</p>	<p><b>2.20. Arrendamentos</b></p> <p>Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.</p> <p>A Companhia arrenda equipamentos de informática e de utilização no Centro de Distribuição. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como</p>												
<p><b>2.9. Estoques</b></p> <p>Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.</p> <p>A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em histórico de perdas apuradas no processo de inventário físico dos estoques das lojas e centrais de distribuição e por preços líquidos de venda abaixo do custo, ocasionado por liquidações, trocas de estação ou pequenos defeitos decorrentes de manuseio das mercadorias.</p>	<p><b>2.21. Distribuição de dividendos</b></p> <p>A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.</p>												
<p><b>2.10. Ativos intangíveis</b></p> <p>As licenças de <i>software</i> são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os <i>softwares</i> e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.</p> <p>Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de <i>software</i> identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• É tecnicamente viável concluir o <i>software</i> para que ele esteja disponível para uso.</li> <li>• A administração pretende concluir o <i>software</i> e usá-lo.</li> <li>• Pode-se demonstrar que é provável que o <i>software</i> gerará benefícios econômicos futuros.</li> </ul>	<p><b>2.22. Reservas de retenção de lucros</b></p> <p>A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social. O lucro líquido, não distribuído como dividendos mínimos obrigatórios e não constituído como reserva legal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em Assembleia Geral o Conselho Consultivo deliberará sobre a aplicação do excesso, para distribuição de dividendos complementares, integralização ou aumento do capital social, e/ou constituição de reserva de retenção de lucros.</p>												

arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

**2.21. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.

**2.22. Reservas de retenção de lucros**

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social. O lucro líquido, não distribuído como dividendos mínimos obrigatórios e não constituído como reserva legal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em Assembleia Geral o Conselho Consultivo deliberará sobre a aplicação do excesso, para distribuição de dividendos complementares, integralização ou aumento do capital social, e/ou constituição de reserva de retenção de lucros.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### (a) Provisão para impairment de devedores por vendas

As contas a receber de clientes do Grupo são controladas por faixa de vencimento e pelo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos respectivos clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis, entre a data de venda ao cliente (constituição de devedores por vendas, serviços e financiamentos) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual de perda sobre os títulos em aberto. Na Nota 8 estão apresentadas as informações relevantes sobre os recebíveis do Grupo, incluindo títulos vencidos e a movimentação da provisão para *impairment*.

#### (b) Provisão para perdas de inventário e desvalorização dos estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada, com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas, quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada, basicamente, por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção e por pequenos defeitos ocasionados no manuseio das mercadorias. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

#### (c) Reconhecimento do imposto de renda diferido ativo

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração, cujo horizonte temporal é de aproximadamente dez anos. As premissas e os julgamentos utilizados pela administração para projetar os lucros tributáveis futuros podem sofrer alterações relevantes nos exercícios futuros em decorrência de eventos que estejam fora do controle da administração.

**(d) Provisão para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias**

Como descrito na Nota 20 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Considerando que cálculos desta natureza envolvem definição de metodologias e utilização de premissas, ou ainda, possibilidade de acordo entre as partes, o valor real pode apresentar variações em relação à estimativa. A administração acredita que essas provisões para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

#### (e) Benefício pós-emprego

Por força da Lei nº 9.656/98, a Companhia oferece aos seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualifica como obrigações pós-emprego. Para estes casos, a administração contratou profissionais especializados e independentes para efetuar os cálculos com obrigações pós-emprego. Esses cálculos levam em consideração diversas premissas que produzem impactos no resultado das obrigações. O valor das obrigações pode se alterar a depender das premissas utilizadas (Nota 22).

#### (f) Valor justo de instrumentos financeiros e propriedade para investimento

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

Os principais dados utilizados pelo Grupo na avaliação do valor justo, classificado como nível 3, tais como taxas de desconto, rendimentos terminais, taxas de vacância esperadas e taxas de crescimento de aluguel são estimadas pelos avaliadores independentes com base em transações comparáveis e dados do setor.

### 4. Gestão de risco financeiro

#### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a riscos financeiros tais como: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros de valor justo ou risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco que define os níveis de exposição a serem utilizados. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Executiva e conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco.

A Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos sujeito às condições da política de gerenciamento de riscos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

#### (a) Risco de mercado

##### (i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar norte-americano e ao Euro. O risco cambial decorre de operações financeiras e comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.

O resultado da Companhia é impactado pela variação cambial relativa aos empréstimos de capital de giro originados em moeda estrangeira atrelados, substancialmente, ao dólar norte-americano. Essa exposição é protegida por operações de swaps.

Conforme descrito na Nota 12, a Companhia possui operações de *swap* com o objetivo de troca de indexadores para todos os contratos de empréstimos denominados em moeda estrangeira.

A contratação dessas operações é efetuada nos mesmos prazos de vencimento dos contratos de empréstimos de capital de giro. A Companhia calcula a efetividade destes contratos de *swaps* no início de cada operação.

##### (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Considerando que suas atividades de negócio estão relacionadas com a comercialização de produtos e concessão de crédito os quais são, substancialmente, relacionados com taxa de juros livre de risco (CDI) e risco de crédito das contrapartes (consumidores), a Companhia busca proteger-se do risco associado com taxas de juros contratando operações financeiras com riscos similares.

##### (b) Risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado, por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). O Grupo restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha.

(...continuação)

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## (c) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Entende-se por riscos de liquidez, a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento do Grupo, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para isso, são mantidos relatórios de Gerenciamento dos Riscos de descasamentos por indexador e data, possibilitando a análise dos riscos de cada empresa individualmente e dos riscos da Companhia em termos consolidados.

Especificamente quanto à preservação da liquidez financeira, será mantida uma relação mínima de 1,0 (uma) vez o somatório das necessidades de caixa nos próximos 60 - 90 dias em recursos livres (de liquidez imediata).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>			
Fornecedores	773.320	725	774.045
Empréstimos e financiamentos	283.236	805.558	1.088.794
Demais contas a pagar (*)	143.551	85.234	228.785
	<u>1.200.107</u>	<u>891.517</u>	<u>2.091.624</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>			
Fornecedores	668.637	-	668.637
Empréstimos e financiamentos	455.030	403.452	858.482
Demais contas a pagar (*)	109.887	38.449	148.336
	<u>1.233.554</u>	<u>441.901</u>	<u>1.675.455</u>

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>			
Fornecedores	1.725.170	725	1.725.895
Empréstimos e financiamentos	429.833	1.559.596	1.989.429
Demais contas a pagar (*)	82.743	84.161	166.904
	<u>2.237.746</u>	<u>1.644.482</u>	<u>3.882.228</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>			
Fornecedores	1.193.934	-	1.193.934
Empréstimos e financiamentos	549.721	832.704	1.382.425
Demais contas a pagar (*)	60.528	36.172	96.700
	<u>1.804.183</u>	<u>868.876</u>	<u>2.673.059</u>

(\*) Não inclui receita diferida relativa a acordos comerciais com terceiros no valor total de R\$ 98.919 (2017 - R\$ 94.232) na Controladora, e R\$ 110.005 (2017 - R\$ 110.072) no Consolidado.

## Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ele associados.

O Grupo tem utilizado capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 19)	1.989.429	1.382.425
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(1.129.923)	(586.808)
Dívida líquida (A)	859.506	795.617
Total do patrimônio líquido	1.939.263	1.519.839
Total do capital (B)	2.798.769	2.315.456
Índice de alavancagem financeira - % (A / B)	31	35

## 4.2. Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros, especificamente derivativos de balcão, são todos mensurados mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem a utilização de preços de mercado cotados, ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares (nível 2). Essas técnicas de avaliação minimizam a margem de defasagem de preços entre os ativos, porém não representam de fato o preço real na data-base destes ativos.

O valor justo das propriedades para investimentos considera na sua mensuração a utilização de taxas de descontos, rendimentos terminais, taxas de vacância e crescimento de aluguel (nível 3). Esses cálculos são efetuados por avaliadores independentes contratados pela Companhia.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Controladora relacionados com aplicações financeiras que se qualificam como caixa e equivalentes de caixa, no total de R\$ 366.957 (2017 - R\$ 182.858) na controladora e de R\$ 1.032.856 (2017 - R\$ 496.715) no Consolidado, são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros relacionados com disponibilidades financeiras de caixa, devedores por vendas, serviços e financiamentos, depósitos judiciais e demais contas a receber, totalizando R\$ 409.613 (2017 - R\$ 297.291) na Controladora e R\$ 2.759.367 (2017 - R\$ 2.304.020) no Consolidado, são classificados na categoria de custo amortizado. Os passivos financeiros como fornecedores, empréstimos e financiamentos e demais contas a pagar, no valor total de R\$ 1.647.900 (2017 - R\$ 1.495.124) na Controladora e R\$ 3.432.472 (2017 - R\$ 2.571.778) no Consolidado, são classificados como outros passivos financeiros.

Os empréstimos em moeda estrangeira (Nota 19) e as operações com derivativos (Nota 12), no valor total de R\$ 465.704 (2017 - R\$ 210.999) na Controladora e no consolidado, são classificados como passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## 6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de crediário próprio (Nota 8) pode ser avaliada, mediante um modelo estatístico comportamental que calcula a probabilidade de um cliente adimplente vir a inadimplir. O resultado deste cálculo possui quatro tipos de classificação:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes				
Tipo 1	13	50	681.517	437.261
Tipo 2	13	94	686.926	823.223
Tipo 3	14	62	730.196	547.187
Tipo 4	12	72	605.792	635.128
Total de contas a receber de clientes	<u>52</u>	<u>278</u>	<u>2.704.431</u>	<u>2.442.799</u>

Os tipos de clientes das contas a receber acima podem ser assim classificados:

• **Tipo 1** - grupo de clientes com probabilidade menor que 5% de atrasar mais que 60 dias (baixíssimo risco).

• **Tipo 2** - grupo de clientes com probabilidade de 5% a 34% de atrasar mais que 60 dias (baixo risco).

• **Tipo 3** - grupo de clientes com probabilidade de 35% a 69% de atrasar mais que 60 dias (médio risco).

• **Tipo 4** - grupo de clientes com probabilidade maior que 70% de atrasar mais que 60 dias (altíssimo risco).

As disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos do Grupo são transacionados com instituições financeiras com os seguintes ratings:

	Consolidado	
	2018	2017
<b>Disponibilidades e aplicações financeiras</b>		
M:Aaa.br	354.338	206.582
M:Aa1.br	264.646	23.720
F:AAA (Bra)	-	11
S:brAAA	95.602	-
S:brAA-	-	132.955
S:bbAA-	-	159
S:brBB-	-	12.187
S:bb-	5.217	-
M:Aa3.br	115.004	62
M:Aa2.br	10.436	58.975
A1.br	162.855	129.463
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	105.009	10.047
Em caixa nos estabelecimentos comerciais	17.386	12.647
	<u>1.129.923</u>	<u>586.808</u>

	Consolidado	
	2018	2017
<b>Empréstimos e financiamentos e cessão de crédito</b>		
M:Aaa.br	343.031	402.324
M:Aa1.br	360.615	225.447
M:Aa3.br	23.178	23.617
A1.br	330.394	219.580
M:A2.br	-	14.039
F:AAA(Bra)	-	6.689
M:Aa2.br	49.619	55.663
S:brBB-	-	7.585
S:bbAA-	-	22.423
S:bb-	32.118	-
M:Ba2	9.052	-
XP Investimentos CCTVM S/A	758.480	364.706
Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	12.705	-
Ouirvest DTVM S/A	33.522	10.940
Letras de Câmbio	29.669	15.093
Outros (substancialmente leasing)	7.046	14.319
	<u>1.989.429</u>	<u>1.382.425</u>

As iniciais acima descritas referem-se às agências de risco: M:Moody's; F:Fitch e S:Standard & Poor's.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	15.902	13.385	54.277	57.443
Numerário em trânsito	42.790	32.650	42.790	32.650
Aplicações financeiras (*)	<u>366.957</u>	<u>182.858</u>	<u>1.032.856</u>	<u>496.715</u>
	<u>425.649</u>	<u>228.893</u>	<u>1.129.923</u>	<u>586.808</u>

(\*) As aplicações financeiras da Controladora são compostas de fundos de investimentos de renda fixa, atualizados pelo valor da quota em 31 de dezembro, além de Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com rendimentos médios anuais de 85,74% do CDI ou 5,55% ao ano (2017 - 79,30% do CDI ou 7,98% ao ano). O saldo consolidado inclui aplicações em Certificados de Depósito Interfinanceiro Diário (CDI-Over), efetuadas pela PEFISA com rendimento médio anual de 99,32% do CDI. (2017 - 99,35% do CDI).

## 8. Devedores por vendas, serviços e financiamentos, líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes	249.690	159.146	262.118	163.230
Contas a receber partes relacionadas (Nota 10)	553.002	679.099	-	-
Operações de crédito (*)	-	-	<u>2.207.533</u>	<u>1.914.951</u>
	<u>802.692</u>	<u>838.245</u>	<u>2.469.651</u>	<u>2.078.181</u>

Parcela classificada no ativo circulante (802.692) (838.245) (2.445.316) (2.060.034)

Ativo não circulante - - - 24.335 18.147

(\*) As operações de crédito são representadas por crédito direto ao consumidor e crédito pessoal oferecidos aos clientes da Companhia e intermediados pela controlada PEFISA.

Os devedores por vendas, serviços e financiamentos de clientes incluem, basicamente, o crediário próprio e os valores a receber de administradoras de cartões de crédito e estão demonstrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Crediário próprio</b>				
A vencer				
Até 30 dias	52	278	1.721.142	1.368.047
De 31 a 60 dias	-	-	21.372	22.374
De 61 a 90 dias	-	-	16.706	16.906
De 91 a 120 dias	-	-	14.788	14.497
De 121 a 150 dias	-	-	12.308	11.006
De 151 a 180 dias	-	-	10.440	9.085
De 181 a 210 dias	-	-	8.994	7.750
De 211 a 240 dias	-	-	7.080	6.314
De 241 a 270 dias	-	-	5.751	5.125
De 271 a 300 dias	-	-	4.728	4.238
De 301 a 330 dias	-	-	3.261	2.885
De 331 a 360 dias	-	-	2.590	2.206
Acima de 361 dias	-	-	<u>10.603</u>	<u>3.485</u>
	<u>52</u>	<u>278</u>	<u>1.839.763</u>	<u>1.473.918</u>

## 10. Partes relacionadas

O financiamento de vendas aos clientes da Companhia é efetuado pela PEFISA. A elaboração de cadastros, a análise de crédito e a cobrança desses financiamentos são realizadas pelo departamento de Crédito e Cobrança da Companhia. Por consequência, parte dos custos deste departamento é ressarcida pela PEFISA à controladora.

As transações de mútuos entre partes relacionadas são remuneradas, substancialmente, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE), e correspondeu em uma média de 0,21% ao mês (2017 - 0,17% ao mês).

Os saldos e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão apresentados, conforme segue:

	2018		2017	
	Total	Total	Total	Total
<b>Ativo circulante</b>				
Devedores por vendas, serviços e financiamento líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8) (i)	553.002	-	-	-
Outras contas a receber (Nota 13)	-	-	247	-
Dividendos a receber (Nota 13)	10.545	-	-	-
<b>Ativo não circulante</b>				
Empréstimos de mútuo / AFAC (Nota 13)	-	2.000	-	2.873
Passivo circulante				
Repasso de recursos (i)	(72.108)	-	(2.679)	-
Passivo não circulante				
Empréstimos de mútuo (Nota 21)	-	-	(1.427)	-
Demonstração do resultado				
Receitas (despesas) financeiras	-	-	(117)	-
(i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), cujos valores são repassados para a Financiadora no prazo médio de 5 (cinco) dias. A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a despesa de aluguel com partes relacionadas totalizou R\$ 17.444 (2017 - R\$ 7.257).				
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a remuneração total dos administradores da Companhia, composta pela Diretoria e membros do Conselho Consultivo, no Consolidado, totalizou R\$ 23.031 (2017 - R\$ 21.821).				

## 11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>				
PIS e COFINS a recuperar (i)	896.779	-	896.779	-
<b>Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre ouro a recuperar</b>				
FINSOCIAL a recuperar	769	2.208	778	2.818
INSS a recuperar	9.092	9.092	9.092	9.092
Imposto de renda retido na fonte	92	140	460	140
ICMS a recuperar sobre ativo fixo	1.735	2.150	1.735	2.150
ICMS a recuperar	8.746	3.236	8.746	3.236
ICMS transferência interestadual (ii)	10.123	11.110	10.123	11.110
ICMS retido substituição tributária (iii)	7.865	8.283	7.865	8.283
Outros impostos a recuperar	768	668	4.998	3.563
	<u>935.969</u>	<u>39.579</u>	<u>983.236</u>	<u>105.915</u>
Parcela classificada no circulante	(388.473)	(33.084)	(390.281)	(34.334)
Ativo não circulante	<u>547.496</u>	<u>6.495</u>	<u>592.955</u>	<u>71.581</u>

(i) O saldo de PIS e COFINS a recuperar na controladora no montante de R\$ 896.779, refere-se à ação judicial transitada em julgado que objetivou afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e da COFINS. No resultado os valores estão registrados como segue: O valor de R\$ 444.602 na rubrica de "impostos incidentes sobre vendas e serviços" (Nota 24), R\$ 433.646 na rubrica de "outras receitas" (Nota 27) e R\$ 18.531 em despesas administrativas.

Os créditos de ICMS acumulados durante o exercício de 2018 e 2017 são decorrentes da sistemática do regime de substituição tributária e que têm parte de sua compensação com débitos de ICMS gerados por vendas de mercadorias que não estão enquadradas no regime supracitado, iniciada a partir do mês de dezembro de 2009.

(ii) O saldo de ICMS a recuperar na controladora, no montante de R\$ 10.123 (2017 - R\$ 11.110), refere-se ao crédito de ICMS próprio que posteriormente poderá ser transferido para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.

(iii) O ICMS substituição tributária a recuperar na controladora, no montante de R\$ 7.865 (2017 - R\$ 8.283), corresponde, principalmente, ao crédito de ICMS retido antecipadamente pelo Estado de São Paulo por ocasião das compras de mercadorias e que posteriormente poderão ser transferidas para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vencidas				
De 01 a 30 dias	-	-	205.023	202.941
De 31 a 60 dias	-	-	93.925	96.956
De 61 a 90 dias	-	-	79.910	91.217
De 91 a 120 dias	-	-	62.599	87.523
De 121 a 150 dias	-	-	52.007	73.720
De 151 a 180 dias	-	-	51.063	63.047
De 181 a 210 dias	-	-	50.970	60.834
De 211 a 240 dias	-	-	45.792	64.551

(...continuação)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias apuradas entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e seus correspondentes valores contábeis das demonstrações financeiras.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, exceto para PEFISA, onde a contribuição social é de 20%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**(a) Composição dos tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, líquido dos tributos diferidos passivos, têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo fiscal	11.652	72.529	15.176	74.038
Base negativa de contribuição social sobre o lucro	10.507	32.086	11.784	32.637
Diferenças temporárias de práticas contábeis				
Ajuste a valor presente	349	139	349	139
Provisões não dedutíveis temporariamente				
Bônus a empregados	16.358	12.677	17.300	14.804
Benefício pós-emprego	-	404	-	404
Contingências	41.731	42.006	212.924	206.445
Perda de depósitos judiciais	645	645	645	645
Impairment de devedores por vendas	-	-	45.921	71.157
Perdas de estoque	5.971	3.063	5.971	3.063
Propaganda	412	-	412	-
Operação de Hedge	2.223	-	2.223	-
Outras	3.831	6.579	6.128	8.923
	<u>93.679</u>	<u>170.128</u>	<u>318.833</u>	<u>412.255</u>

**(b) Período estimado de realização**

Com base na projeção futura de geração de lucros tributáveis, a recuperação desses créditos tributários é estimada para ocorrer nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2018	-	30.809	-	108.497
2019	39.666	16.977	93.627	49.865
2020	20.113	21.527	54.351	54.414
2021	8.475	26.200	42.714	59.088
2022	8.475	31.975	42.714	64.862
2023 e 2024	16.950	42.640	85.427	75.529
	<u>93.679</u>	<u>170.128</u>	<u>318.833</u>	<u>412.255</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

As controladas Hotel Jatiúca S.A. e Jatiúca Administradora e Serviços Ltda. têm um saldo total de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 62.285 (2017 – R\$ 61.576), para os quais não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, por não ser possível afirmar que sua realização é, presentemente, considerada provável. O crédito tributário não reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas totalizou em R\$ 21.177 (2017 – R\$ 20.936).

Todos os itens do imposto de renda e da contribuição social diferidos são debitados ou creditados diretamente no resultado do exercício.

**15. Investimentos**

Movimentação dos investimentos

	Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	Demais companhias	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro	561.705	156.508	6.017	306.988	1.247	1.032.465	935.492
Dividendos recebidos	(23.181)	-	-	-	-	(23.181)	(97.711)
Transferência da rubrica passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital em dinheiro	-	-	-	-	-	-	205
Aporte de capital em imóveis (i)	-	-	-	76.097	-	76.097	123.286
Ajuste de avaliação patrimonial (ii)	-	970	-	-	-	970	(13.443)
Resultado de equivalência patrimonial	42.178	(932)	(204)	(4.454)	-	36.588	84.636
Saldo em 31 de dezembro	580.702	156.546	5.813	378.631	1.247	1.122.939	1.032.465
Agio	-	42	-	-	166	208	209
Provisão para perdas	-	-	-	-	(1.413)	(1.413)	(1.413)
	<u>580.702</u>	<u>156.588</u>	<u>5.813</u>	<u>378.631</u>	<u>-</u>	<u>1.121.734</u>	<u>1.031.261</u>

Movimentação da provisão para passivo a descoberto

	Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	Demais companhias	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro	-	-	-	-	(35)	(35)	(63)
Transferência para rubrica de investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(32)	(32)	28
Saldo de passivo a descoberto em 31 de dezembro	-	-	-	-	(67)	(67)	(35)
Quantidade de ações / quotas							
Ações							
Ordinárias	298.000	122.500	-	-	-	-	-
Preferenciais	-	2.500	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	156.000	290.086	-	-	-
Participação societária - %	100	99,94	99,99	99,99	-	-	-

(i) Refere-se à transferência de imóveis, como parte do aporte de capital, com o objetivo de gerar ganhos futuros para a Companhia.

(ii) Refere-se à reavaliação líquida dos efeitos tributários dos terrenos e edificações da controlada ao valor justo em linha com a reavaliação efetuada pela Companhia (Nota 16).

A rubrica "Demais companhias" estão abrangidas pelas seguintes empresas:

Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.						2018	2017
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.						(6)	(6)
Tropicana de Hotéis e Turismo S.A.						(60)	(28)
						(1)	(1)
						<u>(67)</u>	<u>(35)</u>

**(a) Equalização das práticas contábeis entre sociedades controladora e controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem entidades que atuam nos segmentos de varejo de mercadorias e operações de financiamento. Conforme requerido pelo CPC 18 - "Investimento em Controlada e Coligada", transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes devem ser apresentadas de maneira uniforme em relação às políticas contábeis da sociedade controladora e, consequentemente, às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

As demonstrações financeiras da PEFISA em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e não houve divergências com as práticas contábeis adotadas no Brasil utilizadas pela Controladora na elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas.

**(b) Principais companhias do consolidado**

Os principais grupos de contas de ativos e passivos e de resultado das principais controladas estão apresentados como segue:

	2018				2017			
	PEFISA	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos Incorporação e Administração Ltda.	PEFISA	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos Incorporação e Administração Ltda.
Balancos patrimoniais								
Ativo total	3.386.671	215.235	5.814	473.322	2.680.223	213.937	6.124	400.148
Passivo total	(2.805.969)	(58.917)	(1)	(94.477)	(2.113.276)	(57.655)	(59)	(93.489)
Patrimônio líquido	(580.702)	(156.318)	(5.813)	(378.845)	(566.947)	(156.282)	(6.065)	(306.659)
Receita líquida de vendas	912.454	23.627	-	37.936	796.026	21.935	-	12.269
Lucro (prejuízo) do exercício	42.178	(932)	(204)	(4.454)	69.453	(3.167)	1.428	16.922

**(c) Propriedade para investimentos (Empresa Imobiliária)**

A Companhia constituiu sociedade controlada que tem como objeto social a administração, locação, compra, venda e incorporação de imóveis. O capital social da nova sociedade foi integralizado mediante a transferência de imóveis da Companhia, com o fim de agregar valor a esse patrimônio através da operação do novo negócio especializado. Todos os bens que foram transferidos à Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. foram objeto de avaliação por empresas especializadas - Apsis Consultoria Empresarial Ltda., Dexter Engenharia S/C Ltda. e Lautec Equipe Técnica Engenharia S/S Ltda. - mediante laudos desenvolvidos segundo as exigências e procedimentos estabelecidos pela NBR 14.653 - Norma Brasileira para Avaliação de Bens - e em conformidade com as técnicas de avaliação expostas pelo Pronunciamento Técnico CPC 46 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A transferência dos imóveis resultou em um ganho de capital de R\$ 61.828 (2017 – R\$ 103.124) na Controladora. Esses imóveis estão classificados como propriedade para investimento na nova sociedade e, por consequência, avaliados pelo seu valor justo, o que se reflete nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme demonstrado abaixo. A operação foi aprovada pelos órgãos da administração da Companhia.

**Valor dos bens**

	2018	2017
Saldo inicial	330.025	168.065
Ao custo	14.182	20.162
Ganho de capital (i) (Nota 26)	61.828	103.124
Baixa para incorporação	(10.367)	-
Propriedade para investimento na controlada Muricy	533	1.124
Avaliação a valor justo do período	1.314	37.550
	<u>397.515</u>	<u>330.025</u>

(i) Registrado na demonstração de resultado da Companhia na rubrica de outras receitas (despesas) líquidas.

**16. Imobilizado**

**(a) Controladora**

	Terrenos		Imóveis		Avaliação a valor justo		Benefícios em imóveis de terceiros		Móveis e utensílios		Instalações		Veículos		Equipamento processamento de dados		Aeronaves		Imobilizado em andamento		Imobilizado total		
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	35.090	150.221	578.193	122.836	70.688	173.510	3.887	25.113	4.075	7.716	1.171.329												
Custo total	35.090	172.251	578.193	335.347	164.773	353.574	10.709	126.874	11.588	7.716	1.796.115												
Depreciação acumulada	-	(22.030)	-	(212.511)	(94.085)	(180.064)	(6.822)	(101.761)	(7.513)	-	(624.786)												
Valor residual	35.090	150.221	578.193	122.836	70.688	173.510	3.887	25.113	4.075	7.716	1.171.329												
Saldo em 1º de janeiro de 2017	35.090	150.221	578.193	122.836	70.688	173.510	3.887	25.113	4.075	7.716	1.171.329												
Aquisição	-	843	-	-	3.478	-	381	5.141	-	22.874	32.717												
Alienação	(3.504)	(12.009)	-	(72)	(1.328)	(8.943)	(851)	(328)	-	-	(23.096)												
Depreciação	-	(5.116)	-	(23.801)	(12.771)	(28.200)	(842)	(10.401)	(923)	-	(82.054)												
Avaliação a valor justo (Nota 16 (c))	-	-	(67.169)	-	-	-	-	-	-	-	(67.169)												
Transferências	-	-	-	12.606	611	13.621	-	(61)	-	(26.227)	-												
Saldo em 31 de dezembro de 2017	31.586	133.939	511.024	111.569	60.678	153.927	2.575	18.914	3.152	4.363	1.031.727												
Custo total	31.586	161.085	511.024	347.881	167.534	362.191	10.239	131.077	11.588	4.363	1.738.568												
Depreciação acumulada	-	(27.146)	-	(236.312)	(106.856)	(208.264)	(7.664)	(112.163)	(8.436)	-	(706.841)												
Valor residual	31.586	133.939	511.024	111.569	60.678	153.927	2.575	18.914	3.152	4.363	1.031.727												
Saldo em 31 de dezembro de 2017	31.586	133.939	511.024	111.569	60.678	153.927	2.575	18.914	3.152	4.363	1.031.727												
Aquisição	-	5.177	-	-	10.826	-	-	14.504	-	49.328	79.835												
Alienação	(4.142)	(18.891)	-	(3.908)	(1.067)	(8.943)	(388)	(2.173)	-	-	(39.512)												
Depreciação	-	(3.848)	-	(21.761)	(12.330)	(26.355)	(356)	(9.563)	(922)	-	(75.135)												
Avaliação a valor justo (Nota 16 (c))	-	-	(65.995)	-	-	-	-	-	-	-	(65.995)												
Transferências	-	-	-	27.939	-	15.950	-	-	-	(43.889)	-												
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.444	116.377	445.029	113.839	58.107	134.579	1.831	21.682	2.230	9.802	930.920												
Custo total	27.444	142.828	445.755	358.213	161.770	338.750	5.080	125.866</															

(...continuação)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
**(c) Avaliação a valor justo dos imóveis**

A Companhia e sua controlada Hotel Jatiúca S.A. optaram por ajustar os saldos de seus imóveis em 2016, contratando avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo de seus imóveis, pois em 2010 a Companhia não adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado com a utilização do "custo atribuído" (*deemed cost*), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Todos os bens foram objeto de avaliação por empresas especializadas - Apsis Consultoria Empresarial Ltda., Dexter Engenharia S/C Ltda. e Lautec Equipe Técnica Engenharia S/S Ltda. - mediante laudos desenvolvidos segundo as exigências e procedimentos estabelecidos pela NBR 14.653 - Norma Brasileira para Avaliação de Bens - e em conformidade com as técnicas de avaliação expostas pelo Pronunciamento Técnico CPC 46 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os efeitos patrimoniais nas demonstrações financeiras são:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Avaliação a valor justo do imobilizado	445.029	511.024	585.559	650.084
IRPJ / CSLL diferidos - passivo (i)	151.310	173.748	199.090	221.028
Ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido	293.719	337.276	386.468	429.056

(i) A controlada Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. avalia seus imóveis pelo valor justo, com isso, foi registrado o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, que em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 12.063 (2017 - R\$ 11.646).

(d) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem e atualização das lojas.

**17. Intangível****(a) Controladora**

	Marcas registradas e licenças	Licenças de software	Software em desenvolvimento	Total	
				2018	2017
Em 31 de dezembro de 2017					
Saldo inicial	565	108.325	9.815	118.705	
Aquisições	-	-	14.767	14.767	
Amortização	-	(35.297)	-	(35.297)	
Alienação	-	(30.187)	-	(30.187)	
Transferência	-	12.609	(12.609)	-	
Saldo contábil, líquido	565	55.450	11.973	67.988	
Em 31 de dezembro de 2017					
Custo	565	250.908	11.973	263.446	
Amortização acumulada	-	(195.458)	-	(195.458)	
Saldo contábil, líquido	565	55.450	11.973	67.988	
Em 31 de dezembro de 2018					
Saldo inicial	565	55.450	11.973	67.988	
Aquisições	-	-	12.391	12.391	
Amortização	-	(13.034)	-	(13.034)	
Alienação	-	(29.144)	-	(29.144)	
Transferência	-	14.950	(14.950)	-	
Saldo contábil, líquido	565	28.222	9.414	38.201	
Em 31 de dezembro de 2018					
Custo	565	212.849	9.414	222.828	
Amortização acumulada	-	(184.627)	-	(184.627)	
Saldo contábil, líquido	565	28.222	9.414	38.201	
Taxa de amortização - %	-	20	-	-	

**(b) Consolidado**

	Marcas registradas e licenças	Licenças de software	Software em desenvolvimento	Total	
				2018	2017
Em 31 de dezembro de 2017					
Saldo inicial	565	130.323	15.281	146.169	
Aquisições	-	-	61.492	61.492	
Amortização	-	(41.324)	-	(41.324)	
Alienação	-	(30.188)	-	(30.188)	
Transferência	-	24.128	(24.128)	-	
Saldo contábil, líquido	565	82.939	52.645	136.149	
Em 31 de dezembro de 2017					
Custo	565	316.091	52.645	369.301	
Amortização acumulada	-	(233.152)	-	(233.152)	
Saldo contábil, líquido	565	82.939	52.645	136.149	
Em 31 de dezembro de 2018					
Saldo inicial	565	82.939	52.645	136.149	
Aquisições	-	216	27.234	27.450	
Amortização	-	(27.670)	-	(27.670)	
Alienação	-	(29.145)	-	(29.145)	
Transferência	-	52.887	(52.887)	-	
Saldo contábil, líquido	565	79.227	26.992	106.784	
Em 31 de dezembro de 2018					
Custo	565	286.026	26.992	313.583	
Amortização acumulada	-	(206.799)	-	(206.799)	
Saldo contábil, líquido	565	79.227	26.992	106.784	
Taxa de amortização - %	-	20	-	-	

**18. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores nacionais	566.559	512.007	566.984	513.797
Fornecedores estrangeiros	29.979	25.615	29.979	25.615
Fornecedores - imobilizado, material de consumo e outros	56.283	30.709	60.191	30.709
Valores de repasse a operadoras de cartões (i)	-	-	947.517	523.507
Confirming (ii)	127.924	107.093	127.924	107.093
Ajuste a valor presente	(6.700)	(6.787)	(6.700)	(6.787)
	774.045	668.637	1.725.895	1.193.934
Menos				
Passivo circulante	(773.320)	(668.637)	(1.725.170)	(1.193.934)
No passivo não circulante	725	-	725	-

(i) A Companhia oferece aos seus clientes, cartões de crédito bandeirado com a opção de utilização em estabelecimento de terceiros. Os débitos das aquisições de bens e serviços pelos clientes, originados em estabelecimentos comerciais credenciados à bandeira, são repassados às operadoras de cartões de crédito.

(ii) Trata-se de operações conduzidas em conjunto com instituição financeira, possibilitando antecipar aos fornecedores da Companhia recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços, sem a necessidade destes fornecedores obterem linha de crédito no Banco.

**19. Empréstimos e financiamentos**

	Taxa anual de juros e comissões - %	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Moeda estrangeira					
US\$ 118.379 mil (2017 - US\$ 84.358 mil)	5,14 a 6,39	465.704	210.999	517.899	254.757
Moeda nacional (v)	CDI + 2,28% a.a.	513.167	616.997	527.051	634.790
Debêntures (i)	CDI + 1,80% a.a.	100.592	-	100.592	-
	Taxa média de				
Depósitos interfinanceiros (ii)	119,50 do CDI	-	-	834.375	462.111
Prefixados (BNDES) (iii)	1,412	15.140	1.593	15.421	
Arrendamento mercantil (iv)	3,20% a.a.	7.919	15.346	7.919	15.346
		1.088.794	858.482	1.989.429	1.382.425
Menos					
Passivo circulante		(283.236)	(455.030)	(429.833)	(549.721)
No passivo não circulante		805.558	403.452	1.559.596	832.704

(i) Em 30 de novembro de 2018, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única. O valor total da emissão foi de R\$ 100.000 com vencimento em 30 de novembro de 2020, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 100.592.

A escritura contém cláusula contratual restritiva (*covenant*) que estabelece que a não manutenção entre dívida líquida e EBTIDA menor ou igual a 3 o torna imediatamente vencido, sendo a primeira apuração a ser feita na data-base de 31 de dezembro de 2019.

(ii) Os depósitos interfinanceiros captados pela PEFISA estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante).

(iii) Foram captados juntos ao BNDES empréstimos para investimentos sem garantias e FINAME com alienação fiduciária dos bens.

(iv) A Companhia possui compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro, com prazos que variam de 36 a 60 meses. Sobre esses compromissos incidem encargos financeiros entre 7,77% a.a. e 14,59% a.a. As parcelas de longo prazo têm vencimento até 2022.

(v) A Companhia detém dois empréstimos bancários nos montantes de R\$ 50.000 e R\$ 84.000 (R\$ 84.000 em 2017) em 31 de dezembro de 2018, que, de acordo com os termos do contrato, serão pagos em parcelas nos próximos 6 anos e 2 anos, respectivamente. Contudo, os contratos contêm cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que estabelecem: i) a margem EBTIDA mínima seja de 0,5%; ii) Patrimônio líquido mínimo de R\$ 700.000; e iii) Dívida financeira líquida de até R\$ 1.000.000, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido. A Companhia não ultrapassou os limites estabelecidos.

Sobre os demais empréstimos, não foram dadas quaisquer outras garantias.

Os vencimentos dos empréstimos estão previstos para as seguintes datas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2018	-	455.030	-	549.721
2019	283.236	390.095	429.833	621.199
2020	540.590	10.136	1.166.702	126.149
2021	152.022	2.690	266.667	84.825
2022	62.946	531	76.227	531
2024	50.000	-	50.000	-
	1.088.794	858.482	1.989.429	1.382.425

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, assim como os empréstimos atrelados à variação do CDI, não apresentam diferença entre o valor contábil e o valor de mercado apurado pelo método do fluxo de caixa descontado, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos bancários				
Moeda estrangeira	517.899	517.899	254.757	254.757
Moeda nacional	1.471.530	1.471.530	1.127.668	1.127.668
	1.989.429	1.989.429	1.382.425	1.382.425

O valor justo foi estimado com base nos fluxos de caixa projetados dos contratos originais de empréstimos, descontados a valor presente, utilizando-se as taxas futuras de moedas nas datas de vencimento dos empréstimos.

A administração da Companhia faz *hedg*e dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 12), através de operações de *swap*, convertendo as obrigações financeiras tomadas em dólares norte-americanos, para o CDI. Esses empréstimos objeto de *hedg*e são mensurados ao seu valor justo, assim como os contratos de *swap*.

**Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento**

Descrição	Saldo em 31/12/2017		Juros provisionados		Juros liquidados		Liquidação principal		Controladora Saldo em 31/12/2018	
	Saldo em 31/12/2017	Captações	provisionados	liquidados	principal	principal	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018		
Moeda estrangeira	210.999	456.621	35.076	(14.956)	(222.036)	465.704				
Moeda nacional	616.996	277.016	45.596	(56.207)	(269.642)	613.759				
Prefixados (BNDES)	14.610	-	1.039	(679)	(13.719)	1.251				
Prefixados (FINAME)	530	-	17	(18)	(370)	159				
Arrendamento mercantil	15.347	-	1.452	(1.406)	(7.472)	7.921				
Total	858.482	733.637	83.180	(73.266)	(513.239)	1.088.794				

Descrição	Saldo em 31/12/2017		Juros provisionados		Juros liquidados		Liquidação principal		Consolidado Saldo em 31/12/2018	
	Saldo em 31/12/2017	Captações	provisionados	liquidados	principal	principal	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018		
Moeda estrangeira	254.756	456.621	37.258	(8.964)	(223.258)	516.413				
Moeda nacional	634.790	287.016	46.967	(57.465)	(282.179)	629.129				
Depósitos interfinanceiros	462.112	392.131	40.829	(50.690)	(10.008)	834.374				
Prefixados (BNDES)	14.610	-	1.040	(679)	(13.719)	1.252				
Prefixados (FINAME)	811	-	40	(18)	(492)	341				
Arrendamento mercantil	15.346	-	1.452	(1.406)	(7.472)	7.921				
Total	1.382.425	1.135.768	127.586	(119.222)	(537.128)	1.989.429				

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas por meio de notas promissórias, estando registradas pelo seu valor justo, e apresentam o seguinte prazo de realização:

	Consolidado	
	2018	2017
2018	-	6.419
2019	3.488	4.065
2020	2.285	2.853
2021	1.597	1.477
2022	549	532
	7.919	15.346

**20. Provisão para contingências**

A Companhia e suas controladas constituem provisão para contingências relativas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. A provisão registrada nas demonstrações financeiras é considerada adequada pela administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento. O Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2018		2017	
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Montante provisionado
Tributários	6.948	-	6.638	-
Previdenciários	94.483	94.886	89.485	89.933
Trabalhistas e cíveis	52.054	27.850	50.930	33.616
	153.485	122.736	147.053	123.549
Apresentação das contingências líquidas dos depósitos judiciais	(94.483)	(94.482)	(89.485)	(89.485)
Não circulante	59.002	28.254	57.568	34.064

	2018		2017	
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Montante provisionado
Tributários	6.948	420.272	6.638	404.947
Previdenciários	94.483	94.886	89.485	89.933
Trabalhistas e cíveis	52.955	35.753	51.726	39.906
	154.386	550.911	147.849	534.786
Apresentação das contingências líquidas dos depósitos judiciais	(94.483)	(94.482)	(89.485)	(89.485)
Passivo não circulante	59.903	456.429	58.364	445.301

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
No início do exercício	147.053	133.325	147.849	134.057
Adições	11.872	15.299	11.936	15.311
Baixas por liquidação	(7.233)			

(...continuação)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
**22. Obrigações de benefícios de saúde pós-emprego**

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualificam como obrigações pós-emprego, de acordo com o preenchimento dos requisitos da Lei nº 9.656/98. Em 31 de dezembro de 2018, foi registrada provisão sobre essa obrigação no montante de R\$ 1.777 (2017 – R\$ 3.665), dos quais R\$ 1.188 (2017 – R\$ 3.282) foram reconhecidos como reversão na demonstração do resultado, decorrentes das mudanças introduzidas no plano de assistência médica, e R\$ 700 (2017 – R\$ 8.857) foram reconhecidos como reversão de mensuração atuariais no resultado abrangente do exercício.

**23. Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O capital social, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é representado por 150.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**(b) Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos consignados nas demonstrações financeiras e sujeitos à aprovação em assembleia dos acionistas é como segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	548.995	203.249
Lucro líquido - base para cálculo da reserva legal	548.995	203.249
Reserva legal - 5%	27.450	(10.163)
Lucro retido - não disponível ao acionista (i)	(8.759)	(68.062)
Lucro retido - não disponível ao acionista (ii)	16.089	19.912
Lucro retido - não disponível ao acionista (iii)	(339.656)	-
Lucro líquido ajustado - base para cálculo dos dividendos	189.219	144.936
Percentual de dividendos	32,24	27,60
Dividendos propostos	61.000	40.000

(i) Com a operação imobiliária (Nota 15 (c)), a Companhia registrou ganho de capital no montante de R\$ 40.807 (2017 – R\$ 68.062). Este montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos quando da realização via caixa deste valor. Em 2018, houve realização de ganho na operação imobiliária no montante de R\$ 32.048.

(ii) Com a readequação do Sistema comercial ERP e a reestruturação da área de Tecnologia, houve baixa parcial dos investimentos no montante de R\$ 16.089 (2017 – R\$ 19.912). Este montante foi adicionado para fins de cálculo de dividendos.

(iii) A Companhia obteve êxito em ação judicial já transitada em julgado que buscava afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e da COFINS. O montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos quando da realização via caixa deste valor.

**(c) Retenção de Lucros**

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros (excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar) não poderá ultrapassar o capital social da Companhia (atualmente de R\$ 460.000). Atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

**24. Receita**

A composição das principais receitas do Grupo assim como reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias	3.917.559	3.773.873	3.941.186	3.795.808
Ajuste a valor presente das vendas	(11.029)	(8.459)	(11.029)	(8.459)
Serviços financeiros	-	-	912.454	796.026
Serviços prestados	42.584	61.554	63.063	67.334
Receita bruta de vendas e dos serviços	3.949.114	3.826.968	4.905.674	4.650.709
Descontos concedidos	(108.932)	(92.072)	(108.932)	(92.072)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços (i)	(565.579)	(962.944)	(574.083)	(967.157)
Receita líquida de vendas e dos serviços	3.274.603	2.771.952	4.222.659	3.591.480

(i) A Companhia obteve êxito em ação judicial já transitada em julgado que buscava afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e da COFINS, que gerou uma recuperação dos impostos em valor original pagos a maior no montante de R\$ 444.602, creditados diretamente na rubrica “Impostos incidentes sobre vendas e serviços”.

**25. Despesas por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo das mercadorias vendidas	(1.686.268)	(1.556.024)	(1.744.254)	(1.615.982)
Despesa com pessoal	(678.345)	(552.981)	(721.174)	(683.113)
Encargos de depreciação e amortização	(88.169)	(117.351)	(104.938)	(125.320)
Despesas de transporte	(3.913)	(2.827)	(15.628)	(13.021)
Custos de publicidade	(41.247)	(41.488)	(44.204)	(44.416)
Despesa de ocupação, uso e manutenção	(260.813)	(215.780)	(312.014)	(247.607)
Despesa de comunicação	(8.538)	(6.864)	(26.374)	(42.502)
Incobráveis baixados (líquido das recuperações)	8.589	14.672	(495.927)	(223.494)
Outras despesas (inferiores a R\$ 3 milhões por rubrica)	(168.838)	(147.764)	(331.698)	(293.170)
Custo total das vendas, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas	(2.927.542)	(2.626.407)	(3.796.211)	(3.288.625)

**26. Outras receitas (despesas), líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Patrocínio cultural (incentivo fiscal)	(3.402)	-	(3.402)	(549)
Aluguéis recebidos	1.690	989	1.690	989
Despesas diversas (i)	50.692	74.537	50.692	74.537
Ganho de capital na alienação de bens - Arthur Lundgren				
Investimentos Incorporação e Administração Ltda. (Nota 15 (c))	61.858	103.124	61.858	103.124
Perdas na alienação de imobilizado e intangível	(3.255)	(29.078)	(3.255)	(29.078)
Ganhos em créditos bancários não identificados	683	230	683	4.118
Resíduos de vale-presente e vale-troca	3.376	-	3.376	-
Bonificação por expansão de lojas	4.750	5.868	-	1.368
Venda de energia elétrica	839	824	839	824
Participação em resultados	7.584	30.580	-	-
Ajuste a valor justo (AVJ) Imóveis	-	-	1.314	35.376
Outras receitas (despesas), líquidas	(132)	1.726	5.162	(1.633)
	124.683	188.800	118.957	189.076

(i) É política da Companhia provisionar valores que ofereçam algum tipo de risco futuro, portanto, houve reversão de provisões referente a créditos de PIS e COFINS tomados sobre determinadas despesas.

**27. Despesas e receitas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesa financeira				
Empréstimos com partes relacionadas	(117)	(67)	-	-
Empréstimos bancários	(83.180)	(119.849)	(86.844)	(121.055)
Varição cambial passiva	(4.640)	(906)	(4.640)	(906)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(28.068)	(8.400)	(28.068)	(8.400)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(44.633)	(51.774)	(44.633)	(51.774)
Despesas bancárias	(1.837)	-	(1.905)	-
Juros sobre pagamento de PIS e COFINS - REFIS	-	(5.094)	-	(5.094)
Outras despesas financeiras	(2.020)	(766)	(3.995)	(2.324)
Total das despesas financeiras	(164.495)	(186.856)	(170.085)	(189.553)
Receita financeira				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	7.608	4.838	9.500	4.838
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas	97	79	-	-
Descontos obtidos	13.696	12.379	13.696	12.379
Ajuste a valor presente - contas a receber	10.012	9.970	10.012	9.970
Swaps de taxa de juros: hedges do valor justo	1.236	6.542	1.236	6.929
Atualização monetária dos depósitos judiciais	484	2.503	535	2.503
Atualização monetária do PIS e da COFINS a compensar sobre redução da base do ICMS (i)	433.646	-	433.646	-
Outras receitas financeiras	1.659	1.441	1.839	2.439
Total das receitas financeiras	468.438	37.752	470.464	38.758
Despesas financeiras, líquidas	303.943	(149.104)	300.379	(150.795)

(i) O montante de R\$ 433.646, refere-se a atualização monetária de valores a recuperar de PIS e COFINS sobre ação judicial transitada em julgado que busca afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e da COFINS.

**28. Despesa de imposto de renda e contribuição social**

O imposto sobre o lucro, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	812.243	269.905	845.784	341.136
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(276.163)	(91.768)	(287.567)	(115.986)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social de diferenças permanentes	-	-	(8.606)	(15.009)
Efeito da diferença na alíquota da contribuição social da PEFISA (i)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	12.429	28.786	-	-
Bônus administradores	(2.265)	(2.122)	(2.265)	(2.122)
Patrocínios e doações	4.302	(272)	4.302	(846)
Outras	(1.551)	(1.280)	(2.654)	(3.925)
Despesa de imposto de renda e contribuição social resultado do exercício	263.248	(66.656)	(296.790)	(137.888)
Corrente	(186.798)	(30.104)	(202.759)	(51.120)
Diferido	(76.450)	(36.552)	(94.031)	(86.768)
	(263.248)	(66.656)	(296.790)	(137.888)
Alíquota efetiva - %	32	25	35	40

(i) A alíquota da Contribuição Social para a PEFISA é 20%.

**29. Lucro por ação - básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado, mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as ações da Companhia não possuíam qualquer efeito dilutivo.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	548.995	203.249
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	150.000	150.000
Lucro básico e diluído por ação - reais	3,6599	1,3550

**30. Limites operacionais (acordo da Basileia)**

A controlada PEFISA está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

**31. Compromissos com arrendamento mercantil – contratos de locação das lojas**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha 303 contratos de locação para suas lojas (2017 – 253 contratos), centro de distribuição e unidades administrativas, por prazos de até dez anos. Nos termos do CPC 06, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadram na definição de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das lojas estabelecem uma despesa de aluguel mensal e os valores dos contratos são reajustados anualmente com base em índices de inflação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas de aluguel totalizaram R\$ 130.882 (2017 – R\$ 116.005) na controladora. O saldo de aluguéis a pagar é de R\$ 19.531 em 31 de dezembro de 2018 (2017 – R\$ 16.660), incluído em outras contas a pagar.

Os compromissos futuros relacionados com os contratos de locação, com base nos valores de 31 de dezembro de 2018, totalizam valor mínimo de R\$ 1.345.282 (2017 – R\$ 1.255.991), assim distribuídos:

	Reais
2019	134.528
2020 até 2024	672.641
2024 em diante	538.113
	1.345.282

**32. Cobertura de seguros**

É política do Grupo a contratação de cobertura de seguros para estoques e bens do imobilizado sujeito a riscos. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura	
		Controladora	Consolidado
Patrimônio e estoques	Incêndio / raio / explosão / danos elétricos / vendaval a fumaça / lucros cessantes	322.527	338.627
Bens e mercadorias	Transporte internacional importação	9.405	9.405

**TOSHIO KAWAKAMI**  
Diretor-Presidente

**MARTIN MITTELDORF**  
Diretor Vice-Presidente
**DIRETORIA EXECUTIVA**
**SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO**  
Diretor-Superintendente

**ALBERTO KOHN DE PENHAS**  
Diretor Comercial

**SILVIA LOPES VILAS BOAS MAGALHÃES**  
Diretora de Controladoria

**ABENER BÔA**  
Contador CRC 1SP095415/O-4
**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas da

**Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas São Paulo - SP**

**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalvas**

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16c às demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada, Hotel Jatiúca S.A., registraram nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, reavaliação dos itens do imobilizado nos montantes de R\$ 578.193 mil e R\$ 737.622 mil, respectivamente. De acordo com a legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) não é mais permitido que as entidades registrem mais-valia sobre os seus ativos. Consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de investimento, imobilizado, imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante) e patrimônio líquido estão apresentadas a maior em R\$ 92.749 mil, R\$ 445.029 mil, R\$ 151.310 mil e R\$ 386.468 mil, respectivamente, e nas demonstrações financeiras consolidadas as rubricas de imobilizado, imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante) e patrimônio líquido estão apresentadas a maior R\$ 585.559 mil, R\$ 199.090 mil, R\$ 386.468 mil, respectivamente.

2. Conforme mencionado na nota explicativa 15(c), a Companhia efetuou conferências de imóveis no processo de constituição de controlada, os quais foram mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação emitidos por empresas especializadas, resultando, nas demonstrações financeiras individuais, no reconhecimento de um ganho de capital no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 61.828 mil (R\$ 103.124 mil em 2017). De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, transações de capital realizadas com acionistas devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Consequentemente, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentado a maior, líquido dos efeitos tributários, em R\$ 40.806 mil (R\$ 68.062 mil em 2017).

3. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, concluimos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão dos assuntos “1” e “2” com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria